

A FÉ MATERIALIZADA EM DIREITOS HUMANOS: A presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nos movimentos populares do Pará

Ronaldo Martins Gomes¹

INTRODUÇÃO

O eixo de nosso trabalho são os caminhos percorridos pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em Belém do Pará, bem como as opções teológicas, sociais e históricas feitas por ela ao longo de sua trajetória nesta mesma cidade e quais consequências e desdobramentos essas opções trouxeram para a história paraense contemporânea. As questões que nortearam a pesquisa foram: como uma comunidade protestante, relativamente pequena, conseguiu inserção tão relevante nos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos em Belém do Pará? As opções teológicas assumidas pela comunidade de confissão luterana em Belém têm impacto direto nessa inserção? Quais são as características marcantes dessa comunidade?

Muitos foram os sujeitos históricos que contribuíram e compuseram os cenários dos movimentos sociais no período que vai do final da década de 1960 até o começo do século XXI. Algumas ordenações religiosas tiveram relevância ao longo dessa caminhada, mas as produções científicas que definem quais foram e de que forma essas ordenações religiosas atuaram nesse período são, de algum modo, escassas. Assim, e por hipótese, inferimos que, juntamente com outras instituições que compõem o cenário religioso contemporâneo paraense, os luteranos tenham contribuído de maneira significativa para os movimentos religiosos e sociais que têm como orientação a defesa dos direitos de cidadania no Pará; que a presença da comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, em movimento sociais e em entidades que foram legalmente estabelecidas, desembocou em mudanças e na concepção de políticas que objetivaram a manutenção desses direitos no período dado.

Deste modo, a pesquisa, por objetivo geral analisou a contribuição da comunidade de confissão luterana em Belém nos movimentos religiosos e sociais em Belém e no Pará do final da década de 1960 a 2012, e como específicos; verificou os percursos nos movimentos populares do Pará dos luteranos da Paróquia de Confissão Luterana em Belém (PCLB);

¹ Pedagogo, esp. em educação, MSc em Ciência da Religião, professor da rede básica de educação no Pará.

verificou a identidade da comunidade luterana paraense congregada a PCLB, posteriormente PECLB.

É fato que, desde os primeiros passos, e ainda hoje, a questão da identidade luterana permeia o cotidiano da atual PECLB. Os contextos sociais e as lutas dos movimentos populares, aos poucos, foram traçando os rostos dessa comunidade, e ela foi se mostrando feminina, cabocla, genuinamente paraense, em constante construção e intimamente ligada as lutas sociais por direitos de cidadania.

Entre as contribuições luteranas na defesa dos direitos e do ecumenismo destaca-se o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). Esta iniciativa foi organizada em 1981 em defesa dos direitos de treze posseiros e de dois padres presos em São Geraldo do Araguaia, a partir do episódio conhecido como “o conflito do cajueiro”. O referido movimento ganhou corpo com a adesão de grande número de entidades populares e de algumas lideranças de Igrejas Evangélicas, como a Anglicana, a Luterana (IECLB) e a Metodista.

Para localizarmos a comunidade de confissão luterana em Belém é necessário que se faça, ainda que de maneira geral, um apanhado histórico de como se deu a vinda para o norte do país desses que o professor Carlos Rodrigues Brandão classifica como protestantes de imigração, e que, de certo modo, estão em uma situação que os aproxima das religiões de minorias étnicas, visto que “Eles não se preocupam muito com um trabalho de conversões para fora das fronteiras de seus grupos étnicos (alemães, ingleses etc. e descendentes) e, em vários casos, o círculo cultural da religião confunde-se com o da comunidade étnico-cultural.” (BRANDÃO, 2004, p. 269).

É importante destacar que esses migrantes egressos na Amazônia, luteranos vindos principalmente das regiões rurais dos estados do centro-sul brasileiros, e que foram obrigados a deixar suas pequenas propriedades ao final da década de 1960 e começo da década de 1970 por conta de políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro, que visavam modernizar o setor agrícola, tiveram papel de destaque enquanto sujeitos históricos nas diversas frentes em que se fizeram presentes na Amazônia, uma vez que traziam consigo seus desejos e suas construções individuais e coletivas, entre outras contribuições importantes. Além disso, diferentemente dos migrantes nordestinos, por exemplo, os luteranos tinham algum capital para investir e, depois de instalados, faziam divulgação da sua nova condição de vida nos seus locais de origem com o propósito de atrair outros luteranos (LINK, 2008, p. 65).

Vale notar que, como qualquer outra instituição no panorama religioso amazônico, que tem visíveis graus de complexidade e de porosidade, a história da IECLB é marcada por muitos caminhos e descaminhos que são observados desde a origem da IECLB no sul do Brasil. Porém, a pesquisa que propomos não intenta aprofundar-se nesta questão. Seu eixo é o percurso da IECLB especificamente em Belém do Pará.

Contudo, um dado importante e esclarecedor é que, na maioria das vezes, os migrantes luteranos vindos para a região amazônica eram oriundos do campo, chegavam das regiões sul e sudeste do país e buscavam, aqui na região amazônica, novas oportunidades. Estas características predominaram em quase toda a região (LINK, 2008, p.77), exceto em Belém.

Uma vez que os luteranos que migraram para a região amazônica eram predominantemente camponeses nos seus locais de origem, instalaram-se no interior dos estados do norte. Porém, não existem dados oficiais que deem conta do número de luteranos residentes no Pará, principalmente no interior do Estado. Nesse sentido, se faz necessário um olhar mais atento aos primeiros passos da comunidade luterana, rumo a sua consolidação no Estado do Pará.

A IECLB no Pará

No final da década de 1960, segundo relato da pastora Rosa Marga Rothe, encontrava-se em Belém cerca de 30 famílias luteranas, o que despertava alguma preocupação na Direção Nacional da IECLB. A família da própria pastora Marga Rothe fazia parte dessa conta. Tendo saído da cidade mineira de Teófilo Otoni, onde viveu com seus pais e irmãos, ela casou-se no Rio de Janeiro, e em Belém aumentou sua família com o nascimento de seus filhos. (ROTHER, 2012). Este cenário, revisitado pela pesquisa, é uma das chaves para que possamos entender os caminhos percorridos pela comunidade evangélica de confissão luterana em Belém do Pará.

Como esta investigação não busca encontrar fatos ocorridos no passado como objetos monolíticos e estáticos ao seu tempo, e sim como recriação dos sujeitos históricos ligados aos fatos, que os revelam a partir de suas reflexões presentes, a fonte principal desse primeiro momento, do nascimento da comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, é a atual pastora aposentada da IECLB Rosa Marga Rothe.

É com base nos fragmentos de sua memória que a pesquisa buscou reconstituir o alicerce dessa comunidade, sua memória ancestral, visto que, os documentos inerentes àqueles fatos não existem. Como estabelece Reginâmio Lima:

As identidades individuais e coletivas têm forte suporte na memória, uma vez que a memória é uma construção presentificada do passado, sendo ela renovada no tempo e nas representações de seu processar nos diversos ritmos, individualidades e coletividades. Uma vez que esses processos não se dão fora do tempo ou do espaço, as representações sobre o tempo se referenciam na materialidade real, que se relacionam com os momentos e movimentos históricos, tanto quanto com a interpretação desses momentos. (LIMA, 2008, p. 72)

Isso não pressupõe que os fatos não tenham ocorrido e que não guardam lugar real na história, contribuindo com outros fatos para a construção de nosso tempo presente. Ainda para Lima:

É certo que existem várias conjunturas da história; a real construção dos fatos e acontecimentos envolvidos são imutáveis, contudo, a interpretação que envolve esses processos específicos são naturalmente influenciadas pelo tempo no qual as testemunhas e os sujeitos envolvidos estão inseridos. Não é uma questão de relativizações, mas de compreensão das manifestações cognitivas de cada ser envolvido que tem seu viver pontuado no tempo e no espaço. (LIMA, 2008, p. 74)

E, sendo a pastora Rosa Marga Rothe uma das raras, senão a única, fonte daquelas primeiras vivências e das experiências primordiais da comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, os seus relatos e as suas memórias darão suporte para a reconstrução daqueles contextos já guardados no tempo. Contudo, e com muita clareza, as contribuições de suas entrevistas, com datas, locais e fatos, são de precisão impressionante. Ecléa Bosi, quando escreve sobre a função social da memória, afirma que:

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se deslocam sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e essa faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las as imagens de agora. (BOSI, 2006, p. 84).

Passamos, portanto, para essas memórias esclarecedoras e não só da pastora Marga Rothe, mas de outros tantos pastores e pastoras e de outros sujeitos históricos que tem marcas na caminhada da comunidade evangélica de confissão luterana em Belém. Relevante para aquele cenário dos primeiros luteranos e luteranas no Pará foi o papel do pastor Albrecht Baeske que, depois que assumiu o pastorado de Recife em 1969, visitava por três ou quatro vezes por ano aquelas famílias luteranas em Belém. Os cultos aconteciam na Igreja Anglicana em Belém (ROTHER, 2011a).

Segundo Marga Rothe, esse grupo de luteranos escreveu para a direção nacional da IECLB mostrando a necessidade de um ministério luterano em Belém. Muitos foram os apelos nesse sentido, o que levou a IECLB a disponibilizar recursos para que fosse adquirido em Belém um imóvel que atendesse minimamente as necessidades dos luteranos residentes na cidade. Em 1975, o imóvel foi obtido e ficava localizado na Avenida Visconde de Inhaúma, quase esquina com a Travessa Lomas Valentinas, no bairro da Pedreira, onde está a PECLB atualmente. Ainda assim, não havia um pastor específico para Belém, e essa situação se arrastou por longos anos.

Na década de 1970, Rothe não poupava esforços no sentido de reunir aquelas 30 famílias luteranas residentes em Belém. Inicialmente, colaborando para que essas famílias se fizessem presentes nos cultos realizados pelo pastor Albrecht Baeske, e a partir de 1975, trabalhou para que a recém adquirida casa pastoral fosse devidamente utilizada. A participação dos luteranos de origem nos primeiros cultos não se mostrou efetiva, mas isso não abalou a determinação de Marga Rothe, que continuava no firme propósito de consolidar a IECLB em Belém.

Contudo, se os tradicionais luteranos da IECLB residentes em Belém não compareciam aos cultos ao longo da década de 1970, um grupo de mulheres vizinhas à casa pastoral, a princípio modesto, começou a participar dos cultos. “No início nós não pensávamos em criar uma paróquia. A comunidade foi gestada, digamos, sem que tivéssemos essa intenção explícita.” (ROTHER, 2011^a)

Foi só na sexta-feira santa de 1981, que Rosa Marga Rothe foi investida do cargo de “Pastora Auxiliar da IECLB”, e em 1985 foi fundada, oficialmente a Paróquia de Confissão Luterana em Belém, PCLB. Em abril de 1987, após a superação de muitos obstáculos e tabus, aconteceu a ordenação ao ministério pastoral da pastora Rosa Marga Rothe, fato presenciado por representantes da IECLB, de outras igrejas, de grupos ecumênicos e de entidades populares (ROTHER, 2011a; ZWETSCH, 2010). Sabe-se que ela não foi a primeira a ser ordenada na IECLB e que esse era pleito antigo:

Depois do egresso da primeira Bacharela em Teologia (1966), foram mais 12 anos até a conquista da primeira ordenação para uma mulher na IECLB (1981). Em outras palavras, cerca de 20 anos se passaram desde a primeira matrícula na Faculdade de Teologia até a primeira ordenação. É uma caminhada considerável de luta, resistência, perseverança, tudo para ter acesso ao serviço do ministério ordenado, para ter o direito de exercer o chamado de Deus para servir na sua “seara”. (FERNANDES, 2010, p. 27)

Verifica-se que a trajetória histórica que as mulheres têm construído para chegar com alguma visibilidade até os dias de hoje no campo religioso, do ponto de vista cristão, começa bem antes do ingresso feminino nos estudos da teologia. Já nas primeiras comunidades cristãs, elas estiveram presentes, sendo testemunhas do evangelho. Contudo, os diversos contextos sociais as relegaram a personagens secundárias. Pouco foi preservado ou registrado que diga respeito ao papel desempenhado pelas mulheres no cotidiano da Igreja. (FERNANDES, 2010).

Opções teológicas da comunidade de confissão luterana em Belém

Sobre a Teologia da Libertação, é relevante debruçarmos o olhar sobre o panorama histórico brasileiro e paraense em que ocorreram as primeiras ações da IECLB em Belém, no final da década de 1960, e as opções abraçadas pelas luteranas e pelos luteranos em Belém, no Pará, a partir daquelas ações.

. Rosa Marga Rothe que, quando criança, viveu os horrores de um regime de exceção na Alemanha Oriental antes de migrar com familiares para o Brasil e que foi, no final da década de 1960, uma das principais articuladoras das luteranas e luteranos no Pará, trazia consigo posição declarada em favor dos direitos civis, dos direitos humanos e da livre manifestação religiosa.

A opção pela Teologia da Libertação que, em parte inspirada pelo concílio Vaticano II e pela encíclica papal *Populorum Progressio*, de 1967, surgiu na América Latina, tendo como principais expoentes Richard Shaull, Rubem Alves, Gustavo Gutierrez, os irmãos Clodovis e Leonardo Boff do Brasil, e Juan Luis Segundo do Uruguai e muitos outros teólogos importantes, para Marga Rothe e a comunidade luterana em construção no Pará, era caminho natural e corrente.

Leonardo Boff e Clodovis Boff definem bem o espírito que movia aquela teologia e a clara opção pelos oprimidos, quando afirmam que:

O cristianismo já não poderá mais ser tachado de ópio do povo, nem apenas de favorecer o espírito crítico: agora se transforma em fator de compromisso de libertação. A fé se confronta não só com razão humana e com o curso da história dos vitoriosos, mas no Terceiro Mundo se enfrenta com a pobreza descodificada como opressão. Daí só poderá se levantar a bandeira da libertação. (BOFF, C; BOFF, L., 2001. p. 165)

Importante precursor da Teologia da Libertação na América Latina e no Brasil foi o missionário presbiteriano dos Estados Unidos Richard Shaull, que começou sua caminhada latina pela Colômbia em 1942, vindo para o Brasil em 1952 onde travou relações de amizade

que foram ficando mais estreitas por afinidades intelectuais com o também presbiteriano e aluno do Seminário Presbiteriano de Campinas Rubem Alves.

Em função das perseguições que o missionário e sua igreja sofreram, por parte tanto do estado colombiano, quanto pela ala mais conservadora da igreja católica devido à maneira de ser protestante por ele vivida, o missionário afirmava que: *“En la Providencia de Dios las persecuciones de ahora podrán purificar la iglesia y proporcionar-la poder para la conversión de muchas almas en Colombia y la transformación de la vida de aquel país”*. (SHAULL, 1952, p. 76).

Importante marco histórico da Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina foi a publicação da obra de Rubem Alves, “Da Esperança” (1968), Tese de seu doutoramento nos Estados Unidos, defendida em inglês naquele país, publicada em várias línguas e muito tempo depois publicada no Brasil, que trouxe críticas à teologia metafísica de modo geral, e propôs o surgimento de novas comunidades de cristãos embalados por uma paixão libertária de homens e mulheres e cuja linguagem teológica mostrava um viés histórico.

Gustavo Gutierrez, que não descartava de todo a teologia tradicional, mas discordava principalmente da teologia mais próxima da escolástica, fazia a seguinte afirmação: “a Teologia deve ser uma reflexão crítica da práxis a luz do evangelho.” (GUTIERREZ, 2000, p.71).

A opção pelos pobres assumida oficialmente pelas II e III assembleias continentais do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), em Medellín (1968) e em Puebla (1979), tornou-se o eixo da Teologia da Libertação. Portanto, para a TL os pobres são foco principal. Isso implicaria, para Gutierrez, em uma “solidariedade profunda e permanente, e uma inserção cotidiana no mundo do pobre”. (GUTIERREZ, 2000, p. 51).

Tal modo que, encontramos na origem, nos primeiros passos da comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, os discursos, as ações, a simbologia da TL, buscando um mundo menos frio e cruel, um mundo mais humanizado e justo.

Ecumenismo, opção teológica fundante da PECLB.

É importante ressaltar que, no Brasil, os precursores do movimento ecumênico foram missionários protestantes. Seus posicionamentos eram conflitantes em relação às posições defendidas pela Igreja Católica Romana, além de reforçarem a importância da conversão individual e propagarem a herança comum de todos os cristãos buscando, a unificação dos projetos de evangelização. A Aliança Evangélica Brasileira (AEB), fundada em São Paulo em julho de 1903, cujo principal inspirador foi o metodista americano Hugh Clarence Tucker (1857 – 1956), foi a primeira entidade ecumênica brasileira.

Elias Wolff (2002, p. 77) afirma que a AEB "além do objetivo de lutar contra o 'papismo' e promover os interesses do cristianismo escriturístico, a Aliança visava também descobrir um dominador doutrinário comum aos cristãos evangélicos". Os metodistas, bem como outros protagonistas, tiveram papel fundamental nas discussões e decisões relativas ao ecumenismo brasileiro. Para eles a unidade dos cristãos, para além das vontades humanas deve ser uma ação divina no próprio Jesus Cristo, como afirmam seus bispos:

O ecumenismo não pretende a união orgânica das igrejas, mas apenas dar expressão no nível das congregações locais da unidade da Igreja que já existe em Cristo. O ecumenismo, todavia, não fecha as portas à união orgânica dos diferentes ramos da cristandade. Cremos que o Espírito está guiando os vários grupos de cristãos em diversas partes da terra a se unirem numa só comunidade para melhor expressarem a unidade em Cristo e para maior eficácia do testemunho cristão no mundo (Igreja Metodista apud WOLFF, 2002, p. 92)

A convicção ecumênica da IECLB tem a ver com sua origem no Brasil. Assim como a Igreja Católica Apostólica Romana, esta igreja veio ao Brasil como Igreja de imigrantes e não como Igreja de missão. Por este motivo sempre de novo se fazem ouvir vozes que inibem o proselitismo (PISKE apud WOLFF, 2002, p. 94).

E é inteiramente nesse espírito que a nascente comunidade evangélica de confissão luterana em Belém irá criar seu corpo: com a teologia da libertação, na busca do ecumenismo e de face prioritariamente feminina. A partir desse momento, daremos exemplos vividos pela comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, com base em suas opções teológicas. Primeiramente, o enfoque será sobre a Teologia da Libertação e em seguida discutiremos sobre o ecumenismo.

Os desdobramentos das opções teológicas abraçadas pela comunidade de confissão luterana em Belém tiveram, ao longo da história contemporânea paraense, episódios de extrema tensão, de grande solidariedade e, pode se dizer, muito poéticos. Dentre esses episódios, um dos mais marcantes foi o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia. Para se alcançar minimamente a importância daqueles eventos é necessário contextualizá-los historicamente. Serão, dessa maneira, "as provas de fogo", que a pastora Rosa Marga Rothe e a nascente comunidade luterana precisaram atravessar em suas opções pelos desvalidos.

Essas opções teológicas vão mostrar suas estreitas relações em todo o caminhar da comunidade de confissão luterana no Pará. E isso será mostrado em um dos episódios mais agudos da história paraense. E sobre esse episódio trataremos a partir daqui.

Batismo de fogo. A fé vivida nas lutas populares

Como mencionado anteriormente, os últimos anos da década de 1960 e o começo da década de 1970 foram anos de sérias tensões entre o governo da ditadura militar e os movimentos sociais organizados no Brasil e no Pará, em Belém também não foi diferente. A pastora Rosa Marga começou a encampar as lutas populares paraenses como suas também. Em entrevista concedida a Antonio Carlos Teles da Silva, uma de suas fontes para sua dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2005, na Escola Superior de Teologia - EST, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, com o título “As origens do Movimento Ecumênico na Amazônia Paraense”, a pastora lembrou-se das grandes manifestações na Universidade Federal do Pará que ocorreram em função da morte, em sala de aula, do estudante de medicina Cezar Leite.

Isto ocorreu em março de 1980, quando Cezar foi atingido nas costas por um tiro disparado por outro aluno, que era agente da polícia, federal e que acabara de chegar de uma diligência no interior do estado indo direto assistir aula. De algum modo, o revólver que ele trazia em uma bolsa destravou e, segundo as investigações, ao cair no chão disparou sem que o agente quisesse, esta foi a versão apresentada pela polícia federal e rechaçada por grande parte do corpo acadêmico da UFPA.

“No ginásio de esportes do campus da UFPA, organizou-se o maior ato de protesto visto no Pará após o Golpe Militar até então”, senão contra um possível assassino, mas contra as condições dadas de patrulhamento nas instituições de ensino por parte dos militares e por uma maior abertura política (SILVA, 2005, p. 95). Milhares de manifestantes, entre estudantes e militantes dos movimentos populares, concentraram-se ali em protesto ouvindo e aplaudindo cada discurso acalorado que era feito. Para a Pastora Rosa Rothe, que falou em nome dos evangélicos protestantes, aquela foi sua “prova de fogo” (ROTHER apud SILVA 2005), nas lutas populares paraenses.

Uma das primeiras, senão a primeira bandeira de luta que se estabelece, principalmente nas sociedades caracterizadas pelas ditaduras é a bandeira dos direitos humanos. Não foi diferente no Brasil pós-golpe militar de 1964.

O começo da década de 1980 ainda traria para o contemporâneo cenário religioso paraense contornos muito significativos, e que desembocariam em “um ‘ecumenismo de valores’ no qual o ideal de fraternidade universal absorve e dilui a uma transcendência que está em vias de se impor através de uma moral, amplamente aceita, dos direitos humanos”. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 47). Um dos episódios mais agudos na história das lutas populares, o movimento que ficou conhecido como Movimento Pela Libertação dos Presos

do Araguaia (MLPA), no qual a nascente comunidade luterana da IECLB em Belém foi, com outras instituições religiosas ou não, protagonista.

Para uma melhor compreensão dos fatos acontecidos em São Geraldo do Araguaia na década de 1980, que culminaram com a prisão de dois padres e treze posseiros em função do conflito que ficou conhecido como “o conflito do cajueiro”, é necessário visitarmos a memória histórica anterior àqueles fatos, mas que, decerto, têm nos acontecimentos de São Geraldo do Araguaia profundos desdobramentos.

Constata-se que, há algumas décadas, naquela região do Baixo Araguaia, vinham acontecendo constantes conflitos entre os pequenos agricultores e grandes latifundiários. Neste sentido, verifica-se que o Pará já possui uma tradição em conflitos agrários violentos que perdura até os dias atuais, exemplo disso foi o cruel assassinato da Irmã Dorothy Stang de 73 anos, missionária americana naturalizada brasileira, ocorrido em 12 de fevereiro de 2005, com seis tiros em mais um capítulo das histórias de violência e com repercussão internacional, são assassinatos, grilagem de terras, trabalho escravo e destruição que assolam toda a região amazônica, principalmente o Pará.

Na década de 1960, militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em uma intervenção de cunho maoísta, que tinham por método criar focos guerrilheiros em áreas rurais para, depois crescerem rumo às cidades e assim derrubarem o Estado vigente, começaram a se instalar ao longo da região do baixo Araguaia. Já em meados de 1970, o governo militar enviou para aquela área um grande contingente de soldados do Exército. E, entre outubro de 1973 e começo de 1974, se deu o desfecho final dos confrontos e a guerrilha foi totalmente dizimada. (SKIDMORE, 1988, p.72).

1959

O agravamento do conflito em São Geraldo do Araguaia

O Conflito do Cajueiro, que aconteceu em São Geraldo do Araguaia e teve fortes consequências para os movimentos e para as lutas populares, pode ser visto, nessa ótica, como um dos mais importantes desdobramentos dos embates do começo da década de 1970.

Silva (2005, p. 104) definiu o Cajueiro como “Um castanhal de cerca de 9.500 hectares, distante 35 km de São Geraldo do Araguaia. Era objeto de litígio e estava ocupada por quase uma centena de posseiros, alguns há mais de 20 anos”, mas que era também disputada por grandes latifundiários. O órgão oficial que administrava esse tipo de situação era o Instituto de Terras do Pará - ITERPA, contudo, naquela área as demarcações estavam sendo feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e só estava favorecendo os fazendeiros, deixando a situação dos posseiros cada vez mais insustentável. A partir daí, 90

famílias solicitaram orientações ao padre de São Geraldo do Araguaia, que na época era o padre Aristides Camió, visto que essas famílias resolveram resistir a qualquer tentativa de desocupação da área por parte dos agentes da repressão.

A situação se agravou quando o órgão que foi criado especificamente para lidar com os problemas agrários naquela área - o Grupo de Terra do Araguaia Tocantins (GETAT) - reconheceu apenas 52 famílias como legítimas donas da terra, as demais famílias teriam que desocupar imediatamente as terras por serem pelo GETAT, classificados como invasores.

Ainda, segundo Silva (2005, p. 113), “No dia 8 de agosto de 1981, o padre Aristides em companhia do padre Francisco Gouriou, recém chegado ao Araguaia, celebrou missa na posse do lavrador João Matias”.

Por ocasião da realização da referida missa os posseiros ouviram dos padres palavras de conforto pelas atribulações que passavam, bem como de incentivo e coragem para que permanecessem firmes e resistissem às forças opressivas que atacavam os seus direitos mais fundamentais. Naquelas circunstâncias, os posseiros se achavam alijados de qualquer ação positiva do Estado, visto que, o Estado só favorecia aos poderosos latifundiários. Dessa maneira, os posseiros decidiram resistir energicamente, inclusive, com a força das armas.

Desta forma, no dia 13 de agosto de 1981, houve no Cajueiro um confronto armado entre posseiros, agentes da Polícia Federal e capangas dos fazendeiros. Segundo Silva: “No confronto, foram feridos o delegado Allan Kardec com mais três agentes da Polícia Federal e ainda dois funcionários do GETAT. Luiz Antônio dos Santos Trindade, um pistoleiro contratado pelo deputado Juraci Teixeira, morreu no local.” (SILVA, 2005, p.124). No dia seguinte a este fato a cidade de São Geraldo do Araguaia estava totalmente cercada por agentes da polícia federal tendo cobertura do exército.

Os treze posseiros envolvidos no confronto, se apresentaram no dia 18 de agosto, foram presos e ficaram incomunicáveis sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Iniciou-se então uma busca para a captura e prisão do padre Aristides, o que resultou no dia 31 de agosto em uma mega operação da Polícia Federal, na qual o padre Aristides foi preso à tarde na casa paroquial de São Geraldo, sendo preso também, poucas horas depois, o padre Francisco. Trazidos para Belém ficaram presos e incomunicáveis na sede da Polícia Federal.

Ao terem conhecimento desses fatos, alguns religiosos progressistas da igreja católica, outros religiosos de outras igrejas entre elas a comunidade de confissão luterana em Belém, movimentos populares, organizados, sindicatos, estudantes e outros agentes políticos começaram uma série de manifestações de solidariedade aos presos do Araguaia.

Manifestações essas, que foram se avolumando em participação e organização e ficaram conhecidas como Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia. Como Afirma Ferreira (1991):

Uma verdadeira ação de guerra foi montada no interrogatório dos padres e trabalhadores rurais. A gráfica do jornal [*Resistência*] publicava panfletos encomendados pelas entidades católicas que repudiavam a prisão dos padres [*a igreja progressista colocada no banco dos réus*]. E os sindicatos e o movimento nacional pela reforma agrária se solidarizavam com os pequenos lavradores presos e suas famílias, que exigiam justiça. (FERREIRA, 1991, p. 12, grifos nossos)

A comunidade de confissão luterana em Belém e o movimento para a libertação dos presos do Araguaia

Verifica-se que os primeiros anos da década de 1980 foram marcados pela intensificação das lutas pela abertura política, pelos direitos civis, pelo fim do regime militar no Brasil. A libertação dos presos do Araguaia foi uma causa que mobilizou várias instituições, e não só religiosas. Todas essas bandeiras de luta encontraram eco no movimento que pedia a libertação dos padres e dos posseiros presos em São Geraldo do Araguaia.

Lideranças católicas ligadas à Teologia da Libertação começaram a denunciar as prisões em várias esferas sociais, mesmo em detrimento de lideranças eclesiais da própria igreja que, de algum modo, se mantiveram reticentes frente às manifestações organizadas que cresciam em número de participantes, tanto dos movimentos sociais organizados de estudantes, sindicatos, associação de moradores, quanto de outras igrejas, transformando espontaneamente aquele movimento em ecumênico. Dentre essas, estavam representadas as igrejas Anglicana, Metodista, Presbiteriana e fortemente a IECLB através da pastora Rosa Marga Rothe e da nascente comunidade luterana que formavam o “núcleo da IECLB em Belém” (ROTHER, 2011a).

Nesse movimento, que logo passou a se chamar Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia – MLPA, a IECLB teve papel tão destacado que, segundo declaração da pastora Rosa Marga Rothe, a casa paroquial da igreja passou a ser monitorada pela Polícia Federal em uma ou duas viaturas e ela mesma passou a ser constantemente vigiada. Para ela, a casa paroquial só não foi invadida devido às próprias circunstâncias do MLPA. Ainda assim, a pastora Marga considera que muitas vezes ela esteve próxima de ser presa, conseguindo escapar dessas situações pela intervenção do que ela chama de “inusitados anjos de guarda” (ROTHER, 2011a).

Em julho de 1982, enquadrados sob a Lei de Segurança Nacional, o padre Aristίδes foi condenado a 15 anos de prisão, o padre Francisco a 10 anos e os 13 posseiros a 8 anos de prisão cada um. Já nesse momento o MLPA revelou-se um movimento ecumênico que se fortalecia e conseguia fazer pressão contra o regime dos militares no Brasil, tanto em nível nacional quanto internacional.

Para Rosa Marga um dos momentos mais simbólicos ocorreu nos primeiros dias das prisões em 1981, ocasião na qual se organizou 40 dias de vigílias ininterruptas em frente à sede da Polícia Federal (ROTHER, 2011a).

Em dezembro de 1982, ao julgar recurso impetrado pelos advogados dos presos, o Superior Tribunal Militar- STM somente reduziu as penas dos presos. O padre Aristίδes teve sua pena reduzida de 15 para 10 anos de prisão, o padre Francisco passou de 10 para 8 anos e as penas dos posseiros foram mantidas em 8 anos (FIGUEIRA, 1986, p. 23).

A nova Lei de Segurança Nacional - LSN, começou a vigorar em 2 de dezembro de 1983, e essa nova versão da lei dava conta de que os presos do Araguaia já havia cumprido suas penas e, em 17 de dezembro daquele ano, com muita festa para todo os movimentos sociais organizados e para os religiosos que compunham a vanguarda ecumênica do MLPA, foi anunciada a libertação de todos os presos (SILVA, 2005, p. 141).

A IECLB, ao longo de sua recente história em solo paraense, tem dado testemunho de que não há sonho impossível quando se sonha junto. Em toda a região amazônica foi assim, inclusive no Pará.

O MLPA foi uma incontestável prova de que mesmo com uma comunidade pequena, morena, essencialmente feminina, as luteranas se mostraram efetivamente presentes nas lutas pelos direitos.

O exercício do ecumenismo naquele episódio mostrou ser possível que, em que pesem as diferenças, as igrejas cristãs e outros grupos religiosos podem unir forças por causas justas, para melhorar a vida dos cidadãos.

3.1.7 UNIPPOP - instituto universidade popular.

A UNIPPOP foi constituída oficialmente em 27 de outubro de 1987, portanto, depois dos episódios ocorridos com o MLPA. O que não significa necessariamente que extraoficialmente ela já não estivesse sendo concebida. Quando indagada sobre o período de concepção da UNIPPOP, a professora Aldalice Otterloo, afirma que:

Desde 1985, após a abertura democrática começou-se a perceber uma juventude engajada, um conjunto de lideranças que emergiram da luta contra a ditadura. Então nessa luta pensávamos, afinal, derrubar a ditadura significa o que? Qual a nossa contribuição para um novo cenário? Repetiremos o que foi antes da ditadura? Ou o contexto exige novas posturas? Que lideranças estavam à frente de muitas daquelas manifestações? De algum modo, muitas eram sectárias, autoritárias... Grosso modo muitas lideranças que discursavam contra o velho regime apresentavam, nas relações sociais e com outros companheiros e companheiras uma relação autoritária, vertical, machista, racista e extremamente preconceituosa. De maneira que nos interrogávamos, que nova sociedade era essa? Então percebemos a necessidade de se ter um espaço plural, um espaço onde pudesse ser estabelecida uma relação dialógica entre os diversos agentes dos movimentos populares, onde se pudesse manter o diálogo entre movimentos populares e ONGs, entre movimentos e igrejas. A partir dessas necessidades começamos as articulações no ano de 1985. (OTTERLOO, 2012)

É crível inferir que as contribuições, os acúmulos, as perdas nas lutas populares do período final da ditadura militar e começo da abertura democrática brasileira tenham contribuído, sobremaneira, para que as várias organizações populares e religiosas, que haviam atuado juntas e com sucesso no MLPA, comessem a pensar organismos sofisticados, como a UNIPOP.

Sobre os principais atores sociais que protagonizaram as discussões da concepção da entidade, a professora, faz memória que:

Para isso unificamos, partidos de esquerda, como PT, PC do B, PCB, PSB, um conjunto de igrejas comprometidas com a teologia da libertação, como a Igreja Luterana, a Igreja Anglicana, a Igreja Metodista, e um segmento da Igreja Católica ligada ao IPAR (pastoral regional), ainda o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, o Centro de Estudos do Negro no Pará, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, a FASE, o CEPEPO, mais a Comissão dos Bairros de Belém, a Central Única dos Trabalhadores, a FETAGRI, e a pró-reitoria de extensão da UFPA, então nesse conjunto de entidades começou-se a construir a proposta pedagógica dessa nova Universidade, a UNIPOP. (OTTERLLO, 2012)

Já nessa memória da professora Aldalice é possível perceber o engajamento de muitas denominações cristãs no nascedouro da entidade. E não só. Na relação das entidades representantes da sociedade civil, e levando em conta o período tortuoso pelo qual passava o povo brasileiro, nota-se que o poder de mobilização e articulação em torno da criação da UNIPOP foi bastante importante.

A comunidade evangélica de confissão luterana em Belém esteve também, como uma das principais protagonistas nesse processo.

E o ecumenismo que tem por base o respeito aos direitos humanos e a diversidade de expressões religiosas no cenário paraense, não parou na UNIPOP. Outros importantes organismos começaram a se organizar. Como exemplo desses outros passos temos o Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs, o CAIC e o Comitê Interreligioso, que merecem estudos mais detidos e aprofundados.

Portanto, o que se percebe é que essa comunidade evangélica de confissão luterana em Belém, longe de ser uma comunidade aos moldes de outras tradicionais comunidades da mesma orientação religiosa, guarda em si o hibridismo que tece o panorama religioso amazônico, sua morenidade, seus ritmos, sua feminilidade, suas lutas por justiça, paz e liberdade.

REFERÊNCIAS

BOFF, L; BOFF, C. Como fazer Teologia da Libertação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R. Fronteira da fé: alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.52, p. 261-288, dez., 2004.

FERNANDES, L. T. M. Mulheres e ordenação (na IECLB): novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo. Rio Grande do Sul.

FERREIRA, Paulo Roberto. Tempos de Resistência. In: KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A justiça do lobo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

HERVIEU-LÉGER, D. O Peregrino e o Convertido: A religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. Memória de velhos: Sobre terras e Gentes. Rio Branco: Boni, 2008.

LINK, R. S. Especialistas na migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do sínodo da Amazônia 1967-1997. 2008. 401 f. Tese (Doutorado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST, São Leopoldo. Rio Grande do Sul.

SHAULL, Richard. La persecución de protestantes en Colombia. Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Sul, Nova Fase, n. II, outubro 1952, p. 71-78.

SILVA, A. C. T. As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005.

SKIDMORE, Thomas. Brasil, de Castelo a Tancredo: 1964-1985. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WOLFF, Elias. Caminhos do ecumenismo no Brasil. São Paulo: Paulus, 2002.